

A NOTÍCIA

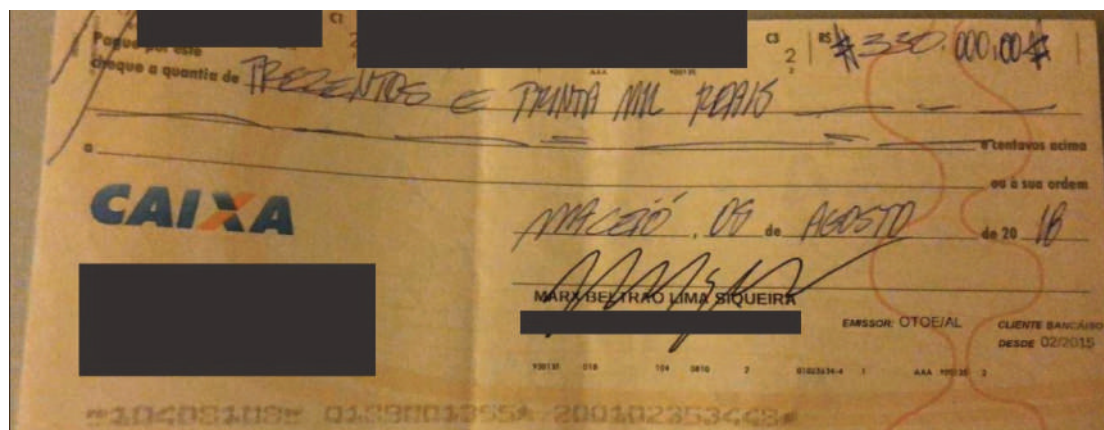
Renan Calheiros pede cadeia para o "bajulador" Queiroga



VELHACO E GOLPISTA

Deputado federal deve mais de R\$ 100 mil a empresário de Palmeira dos Índios

Marx Beltrão é acusado de calote com cheque sem fundo



SEM ÉTICA

Conselheiro faz insinuações sobre suposta homossexualidade de colega

Anselmo Brito protagoniza baixaria com toques de homofobia no Tribunal de Contas

Em sessão do dia 14 de dezembro, que foi postada no YouTube no dia 6 de janeiro, no canal TV Cidadã-Alagoas, é possível ver mais uma vez o descontrole do conselheiro Anselmo Brito, que já tem um passado conturbado devido a diversas atitudes polêmicas, contra o também conselheiro Rodrigo Cavalcante.



OPINIAO

Alagoano terá que ir cuidadosamente escorregando para fora da pista atual "Arthur Lira vai abandonar Bolsonaro, parte do Centrão também", diz colunista



PROPAGANDA ANTECIPADA

A representação foi baseada em reportagem do jornalista Rubens Valente publicada no UOL
PT pede que Procuradoria Eleitoral investigue presidente Bolsonaro



CAOS NA CÂMARA

Um grupo de advogados ingressou nesta sexta-feira (07) com uma ação popular na 14ª vara cível de Maceió contra a Resolução 001/2022 da Câmara Municipal de Maceió, publicada no Diário Oficial do Município no dia 4 de janeiro, que instituiu uma série de mudanças no Regimento Interno da Casa, entre eles, a instituição do 13º salário dos vereadores. A petição foi subscrita pelos advogados José Carlos Fernandes, Sandra Barbosa Gomes, Othoniel Pinheiro e Welton Roberto, que se organizaram para questionar a legalidade das medidas aprovadas pelo parlamento municipal no último dia 31 de dezembro. A ação popular impetrada hoje, por enquanto, somente pede a anulação da instituição do 13º salário por ter sido instituído em desconformidade com a Lei Orgânica do Município de Maceió e com a Constituição Federal. Os advogados alegam que o subsídio deveria ter sido instituído por Decreto Legislativo e não por Resolução como ocorreu, além de desrespeitar a norma que exige que a fixação de uma remuneração nas Câmaras Municipais só poderá ser feita de uma legislatura para outra.

CAOS NA CÂMARA II

Sobre as outras benesses, como o aumento da Verba Indenizatória de Apoio Parlamentar (VIAP) e o aumento no número de cargos da Mesa Diretora, os advogados alegam que eles ainda não podem ser impugnados via judicial, pois ainda dependem do veto ou sanção do Prefeito de Maceió para existir no mundo jurídico, destacando que somente o 13º salário foi publicado no Diário Oficial do Município. A polêmica promete ganhar contornos ainda maiores com a abertura de investigação por parte do Ministério Público Estadual e com uma plenária convocada por movimentos da sociedade civil que acontecerá no auditório da OAB em Jacarecica na próxima segunda-feira às 15 horas.

GOVERNO

O governo entra em 2022 sob o forte risco de perder uma cadeira estratégica no Congresso: a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a mais importante da Casa e a partir da qual o bolsonarismo têm travado batalhas ideológicas polêmicas. O comando do colegiado sairá das mãos de Bia Kicis (PSL-DF), uma das fiéis apoiadoras do presidente Jair Bolsonaro, e deverá ficar com um parlamentar da nova bancada do União Brasil, resultado da fusão de DEM com PSL. Essa ala argumenta que, durante a campanha para eleger a atual Mesa Diretora, o PSL fez um acordo interno pelo qual ficou acertado que Luciano Bivar, presidente do partido, ocuparia uma importante cadeira na Mesa nos dois anos em que Arthur Lira (PP-AL) estivesse na presidência da Câmara. Em contrapartida, outros dois nomes da legenda se revezariam à frente da CCJ: Bia Kicis no primeiro ano e Victor Hugo no segundo. O nó, contudo, está no fato de que Bivar vai presidir o União Brasil, o futuro partido.

AME O BEN

O pequeno Benjamin Brenner Guimarães está bem e mais do que preparado para ingressar em uma nova fase de vida. Ben, como ficou conhecido nacionalmente, é portador de Atrofia Muscular Espinhal (AME) e necessitava de um medicamento chamado Zolgensma, o remédio mais caro do mundo que custa 2 milhões de dólares. Após articularem uma campanha nas redes sociais e acionarem a Justiça, os pais do bebê conseguiram com doações o valor necessário para a dosagem que faria toda a diferença na saúde do pequeno. Ele, que recebeu a infusão do Zolgensma no dia 29 de outubro, já teve melhorias significativas. Segundo o pai da criança, Túlio Guimarães, Ben está com mais força nas pernas e com melhorias na respiração. E os sorrisos estão cada vez mais frequentes na rotina da família.

Carnaval e folia

EDITORIAL

Carnaval não combina com pandemia e pandemia não combina com carnaval. A festa, que apesar de não ter origem brasileira, caiu nas graças do nosso país. É samba, mulher pelada e sexo fácil. Não somos moralistas. Se o povo gosta, que seja feito. Mas estamos em tempos diferentes. O coronavírus está passando por transformações, se aperfeiçoando. A terceira dose está em pleno vigor; ou seja, nem todos estão imunizados totalmente com o reforço.

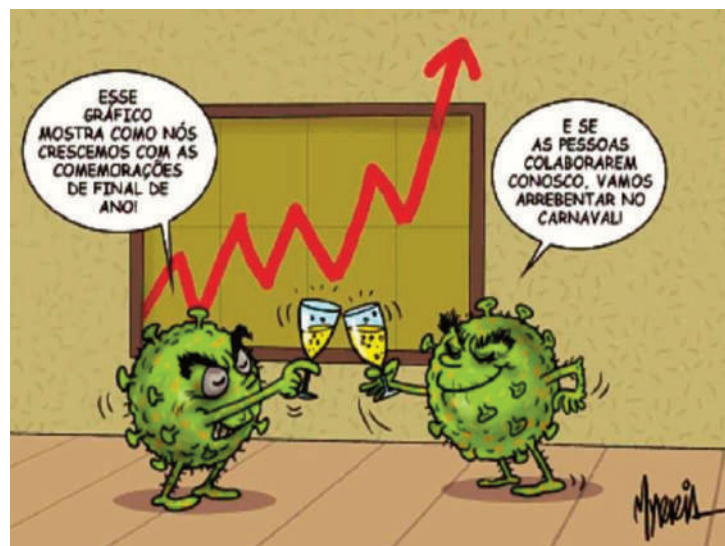
A hora é de união, de preservar vidas, não de pensar em discurso político. O vírus é real, é letal e a vacina é uma grande aliada nesse combate. Que os irresponsáveis foliões, principalmente os bolsonaristas, se vacinem, usem máscaras, que optem por festas mais reservadas (já que vão festejar de qualquer maneira). Vários estados do país já cancelaram os carnavais. A pandemia não acabou.

Para se ter uma ideia, no ano passado, as buscas pelo termo carnaval aumentaram em

809.1%. Só no mês de outubro, ainda faltando 4 meses para o carnaval, as buscas emplacaram um total de 1 milhão de pesquisas. Mas cuidado, não substitua os doces com comprimidos de remédios.

A possibilidade da ocorrência de novas variantes virais aumenta com a persistência da transmissão e novas infecções da Covid-19. Dadas as peculiaridades do agente da Covid-19, dentre as quais se destaca a capa-

cidade de fazer novas variantes com características imunológicas e patológicas diferentes, algumas com maior transmissibilidade, e de não conferir imunidade duradoura, ainda que seja alcançada uma cobertura da população acima de 80%, incluindo pessoas com 12 anos e mais, e que todos que necessitem de dose de reforço tenham sido efetivamente vacinados até fevereiro de 2022, haverá transmissão ativa do vírus SARS CoV-2.



ARTIGO

LAURENTINO VEIGA

Hugo Veiga

Neto primogênito - nascido em 13 de dezembro de 1999, dia consagrado à Santa Rita (cuidadora de nossa visão). A data merece toda atenção. Hugo há 22 anos nascia, a vida dos avós resplandecia. Aurilene (In Memorim) do céu sempre lembrará. Eu, na terra a comemorar. Seja feliz na peleja da vida. Deus ilumine seu caminho.

Filho do Casal Daniel Araújo - Vanessa Veiga. Ele, empresário na área do entretenimento. A caçula, advogada de profissão. Na alvorada do Novo Ano, desejo-lhe mil felicidades. Hoje, amanhã e sempre. O tempo segue sua inexorável trajetória. Hugo Veiga fazendo história.

À época de seu nascimento, dediquei-lhe uma crônica, publicada no extinto O Jornal, edição de 16 de dezembro de 2001, intitulada Parabéns Huguinho! Descrevendo seu perfil: Inteligente, risonho, brin-

calhão, inquieto; fazendo peraltices aos dois anos de idade. Especialmente, ostentando a beleza de sua dedicada genitora.

Sinto-me recompensado nos meus 75 anos de idade. Plantei algumas árvores na Fazenda São Thiago, encravada na minha querida Paulo Jacinto. Escrevi meia dúzia de livros. Continuo sonhando. Aliás, o poeta argentino Jorge Luiz Borges, falando de sonhos escrevera:

“Os sonhos são imutáveis, eternos. Nunca morrem. Um projeto de uma rua pode ser modificado. Os sonhos jamais se modificarão. E quando mudam são outros sonhos”.

Hugo fez vestibular no Cesmac, logrando sucesso no curso de Direito. Parece-me que seguirá aos ditames de seu destino. Por certo, espelhou-se na saudosa avó, bem como de sua amada mãe. Eu fico a admirá-lo pela sua inteligência

conversando sobre História, Economia, Geografia e ciências afins. Deixo-o à vontade. Não me intrometerei na sua decisão seja ela qual for. Afinal, dizia Santo Agostinho, filho de Santa Ana: não existe caminho predeterminado, o caminho se faz ao caminhar.

Sua querida tia Professora Vanessa Pollyanna, docente das instituições Seune/Fama acompanha a desenvoltura do amado sobrinho. Enquanto isso, seu primo Kennedy Veiga envereda no mesmo curso na Fama. Ambos representam a minha caminhada no planeta terráqueo.

Torço pelos dois constantemente e permanentemente. Sou grato a Nossa Senhora das Graças, Padroeira de minha amada terramãe, pelo presente que se tornou em dádiva. Almejo-lhe um montão de felicidades. Parabéns Hugo Veiga !! Do avô, com carinho.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

VELHACO E GOLPISTA

Deputado federal deve mais de R\$ 100 mil a empresário de Palmeira dos Índios

Marx Beltrão é acusado de calote com cheque sem fundo

O deputado federal Marx Beltrão está sendo acusado de calote por meio de cheque sem fundo. Segundo documento encaminhado à Justiça, o autor da ação, o empresário de loja de conveniência em Palmeira dos Índios, Yslone Fernandes Carvalho de Barros, recebeu um cheque no valor de R\$ 330 mil para ser quitado em dez vezes de R\$ 33 mil.

“Ocorre que o réu só pagou até a sétima parcela, restando um saldo devedor de R\$ 99 mil”, destacou documento da ação. E continuou: “Uma vez que passou os 6 meses previstos para que o cheque tenha eficácia de título executivo

extrajudicial, não sobrou ao autor outra alternativa a não ser buscar o adimplemento de crédito através dessa ação monitória”.

O cheque emitido por Beltrão já se encontra prescrito, por já ter transcorrido mais de seis meses do prazo de apresentação do referido título extrajudicial ao banco sacado, não sendo possível, destarte, a sua cobrança via ação de execução de título extrajudicial.

“A total procedência da presente ação, uma vez evidente o direito da parte autora, seja deferido mandado de pagamento no valor de R\$ 101.333,59 (cento e um mil trezentos e trinta e três

reais e cinquenta e nove centavos), conforme memória de cálculo, relativos ao montante em, no prazo de 15 dias”, acrescentou.

O processo tramita na 12ª Vara Cível da Capital sob número 0717562-49.2020.8.02.0001, no Tribunal de Justiça de Alagoas e ainda está pendente de conclusão do juiz Gustavo Souza Lima. Vale destacar que o acusado de calote, Marx Beltrão, só em 2021, gastou R\$ 450.366,73 do Cofre da Câmara, ficando somente atrás de Sérgio Toledo (R\$ 451.066,62). Grande parte desse dinheiro foi com propaganda e publicidade.



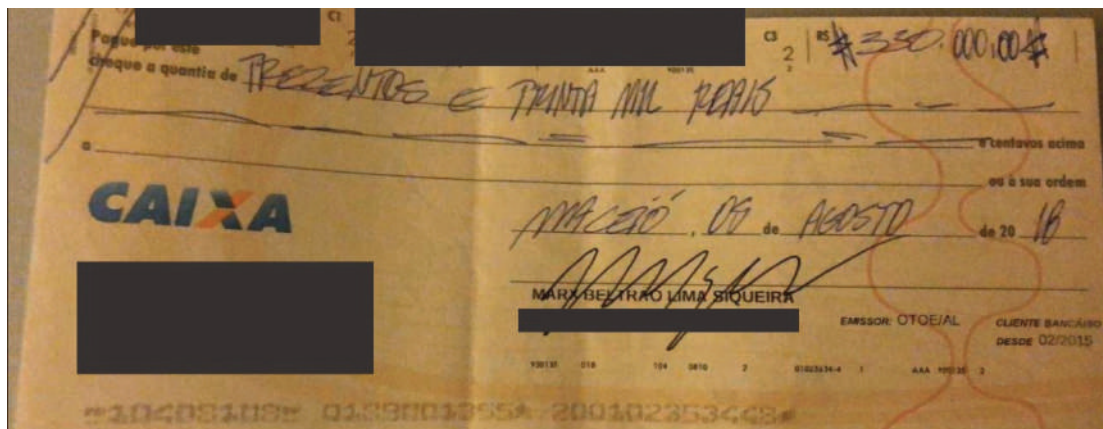
Histórico

Em 2018, Marx Beltrão, quando era ministro do Turismo, foi alvo de reportagem que denunciou um desvio de mais de R\$ 40 milhões de recursos da Educação, em sua gestão na Prefeitura de Coruripe, no Litoral Sul de Alagoas. A denúncia foi exibida no quadro ‘Cadê o dinheiro que estava aqui?’, no programa do Fantástico, da TV Globo.

Na reportagem, o procurador da República em Alagoas, Marcelo Lobo, confirmou que a Procuradoria Geral da República (PGR) já recebeu a documentação do Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas, sobre a investigação da con-

duta de Marx Beltrão, sob a perspectiva criminal, devido à prerrogativa de foro do ministro.

Enquanto isso, o parlamentar, hoje, se gaba por ser o deputado que mais teve emendas parlamentares pagas pelo governo Bolsonaro entre os deputados alagoanos em 2021. Marx recebeu 100% das 5 emendas que apresentou, totalizando R\$ 16.279.986. As emendas pagas de Marx são R\$ 8,1 milhões do Ministério da Saúde, R\$ 7,5 milhões do Ministério da Economia, R\$ 300 mil do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e R\$ 300 mil do Ministério das Comunicações.



DEP. Marx Beltrão	PSD	AL
		R\$ 450.366,73
Divulgação da atividade parlamentar		R\$ 296.800,00
Passagem Aérea - Sigepa		R\$ 78.099,28
Consultoria e pesquisas		R\$ 32.000,00
Passagem aérea		R\$ 18.917,29
Aluguel de veículos		R\$ 16.000,00
Combustíveis		R\$ 6.476,46
Manutenção de escritório		R\$ 2.029,10
Telefonia		R\$ 44,60

OPINIÃO

Alagoano terá que ir cuidadosamente escorregando para fora da pista atual

“Arthur Lira vai abandonar Bolsonaro, parte do Centrão também”, diz colunista

O jornalista José Luiz Portella, em sua coluna de opinião do UOL, analisou qual será o próximo passo do presidente da Câmara Arthur Lira na política nacional. Segundo ele, o alagoano quer se reeleger na presidência. Para se reeleger, ele não pode se tornar um ícone do governo Bolsonaro. “Hoje ele é e tem a chave do cofre feito para parlamentares. Verbas, emendas, atendimentos, tudo passa por ele. Ele sabe e por isso não rompeu com Bolsonaro. O Centrão colocou Bolsonaro num cercadinho, o cercadinho do impeachment. Ocorre que a fila do poder anda”, escreveu.

“Bolsonaro não vai se reele-

ger. Arthur Lira terá que, junto com parte do Centrão, que não é Bolsonaro raiz, ir cuidadosamente escorregando para fora da pista atual. Normalmente, o Centrão faz tal transição com a mudança de nomes, e os velhos, depois assinam um ato de confissão de culpa: Mu-dei, porque errei. E tudo volta ao normal. Seja qual for o presidente eleito, inclusive Lula, no presidencialismo de coalizão, desastre que não se corrige com a reforma política, irá compor com o Centrão, Alguém duvida?”, questionou.

“Mesmo parlamentares acusados de participarem do ‘golpe’ contra Dilma serão aceitos na base governista de Lula, se ele for

eleito. Arthur Lira não vai comprometer seu futuro, depois de ter experimentado as delícias de ser presidente da Câmara, com direito a ser recebido com tapete vermelho na Faria Lima, e ser chamado intima e carinhosamente de Arthur por André Esteves, ele não pretende voltar a ser um parlamentar do baixo clero ajudante de Eduardo Cunha. Apreciei a promoção. Todo mundo aprecia. Para tentar se reeleger, ele precisa estar pelo menos num polo neutro, e para isso, precisa deslizar de onde se encontra rumo ao novo Poder”.

“Ele e o Centrão podem ser tudo menos ingênuos, e sabem que as pesquisas não estão fraudadas, e



que os parlamentares nordestinos vão sofrer para sustentar o nome de Bolsonaro. O que vão fazer? Aproveitar até o último sumo da laranja, e em vez de jogar o bagaço fora rapidamente, vão com cuidado encontrar um lugar para depositá-lo. E isso tem que acontecer antes das eleições. Não dá para perder junto, e após, negar o candidato. Isso vai ao encontro de Lula, sobretudo no Nordeste, e Arthur Lira sabe disso. O Centrão também.”

“Tal deslizamento pode criar outras condições no cenário eleitoral assim como outros fatos super-venientes. É cedo para se cravar resultados. O mercado, que tem um exército de pesquisadores e

informantes, errou todas as previsões de dólar, bolsa e inflação para 2021. O mercado político deveria ser mais cauteloso. Hoje o quadro é totalmente favorável a Lula. Bolsonaro não vai ganhar, mas o surgimento de uma terceira via capaz, ainda não está fora de cogitação. As articulações para composição da chapa presidencial e as alianças estaduais, que não obedecem qualquer lógica e sim a composição de poder nos Estados, oferecerão oportunidades de mudanças inesperadas. Arthur Lira e sua turma são elementos-base dessas possíveis reconfigurações. É preciso acertar a tempestividade, o ‘timing’”, finalizou.

Programa de
Compensação
Financeira e
Apoio à
Realocação

2 anos de trabalho em Maceió



A segurança das pessoas é a prioridade da Braskem. Com esse compromisso, foi criado o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, que completa dois anos atendendo moradores, empresários e comerciantes das áreas de desocupação e monitoramento definidas pela Defesa Civil em Maceió, permitindo que possam ser indenizados de maneira justa, no menor tempo possível. O Programa compõe um Termo de Acordo assinado entre a Braskem e autoridades públicas*, que acompanham o seu cumprimento de maneira rigorosa. O mesmo direcionamento orienta o olhar da empresa para o futuro dos bairros afetados pelo fenômeno geológico, e ainda no monitoramento, preenchimento e fechamento definitivo dos poços de sal, buscando a estabilidade do solo naquela região.

Saiba aqui como isso acontece:

Compromisso com as pessoas

REALOCAÇÃO

Dos 14.415 imóveis residenciais e comerciais localizados nas áreas de desocupação e monitoramento, 97% já foram desocupados preventivamente. Mudança, guarda-volumes e despesas com aluguel das famílias são pagos pelo Programa, que também oferece atendimento psicológico, honorários de advogados e o acompanhamento de facilitadores, que cuidam de cada caso individualmente.



1.200 profissionais

+ de 180 mil chamadas no 0800

+ de 25 mil atendimentos sociais

COMPENSAÇÃO

Mais de 700 propostas estão sendo apresentadas a cada mês, uma média de 33 por dia útil, e a previsão é que todos os moradores estejam atendidos pelo Programa até o final de 2022. Para o cálculo das indenizações, são levadas em consideração normas técnicas nacionais e internacionais, e orientações do Banco Mundial. Empresas especializadas também avaliam cada imóvel com base em critérios como localização, tamanho da área construída, tamanho do terreno e benfeitorias, além da comparação com imóveis semelhantes em outras regiões da cidade. O Programa ainda acrescenta 10% sobre o valor final, para



ser usado com a documentação e a mudança para o imóvel definitivo. Danos morais são calculados por núcleo familiar. No caso de comerciantes e empresários, há critérios para cálculo de lucros cessantes e eventuais perdas dos negócios que funcionavam na área de desocupação, e o atendimento é feito por uma equipe especializada.

+ de 11 mil propostas apresentadas, + de 9,6 mil já aceitas¹

+ de 8,3 mil acordos homologados e pagos

+ de 2,7 mil propostas para comerciantes e empresários, com 1.820 acordos pagos

Índice de aceitação de 99,6%

R\$ 1,8 bilhão pagos em indenizações, auxílios e honorários²

+ de 28 mil reuniões com moradores e advogados

+ de 47 mil análises jurídicas

CUIDANDO TAMBÉM DOS ANIMAIS

Atendendo à demanda da comunidade, o Programa de Apoio aos Animais, uma parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Pesquisa e Extensão (Fundapes), oferece hospedagem temporária, serviços de castração, tratamento veterinário e vacinação, além de ações para a posse responsável.



E pelo Canal de Adoção, no perfil @focinhosresponsavel do Instagram, os animais que estão sem tutor são disponibilizados para adoção.

+ de 6 mil animais atendidos

+ de 3.071 vacinas aplicadas

+ de 1.600 castrações

+ de 2.152 famílias conscientizadas



Compromisso com os bairros

Para apoiar as ações de vigilância nos bairros, uma Central de Segurança e Monitoramento funciona 24 horas por dia, integrada a uma rede de câmeras e alarmes com sensores de presença instalados nos imóveis desocupados que dá suporte à atuação de 284 vigilantes. Outros serviços realizados nos bairros incluem a remoção de entulho, desobstrução de bueiros, capinagem e poda de árvores nos mutirões mensais de limpeza, e o controle de pragas em imóveis, ruas e praças.



FECHAMENTO DOS POÇOS DE SAL

Desde maio de 2019, a Braskem encerrou a extração de sal-gema em Maceió. A empresa já vinha realizando estudos com sonares de última geração para verificar as condições dos poços, e aprovou, junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), um plano para a sua estabilização e monitoramento. Os 35 poços estão sendo preenchidos e/ou fechados com a técnica mais apropriada para cada um e todos são permanentemente monitorados.



MONITORAMENTO DO SOLO

A região tem agora uma rede de monitoramento das mais modernas do país, com 16 sensores DGPS de alta precisão que detectam movimentações no terreno, além de 16 sismógrafos e uma estação meteorológica. Outros 46 DGPS vão ampliar a área de monitoramento, garantindo a coleta de dados ainda mais precisos. Parte desses equipamentos foi doada à Defesa Civil, que recebe todos os dados do monitoramento feito nos bairros.

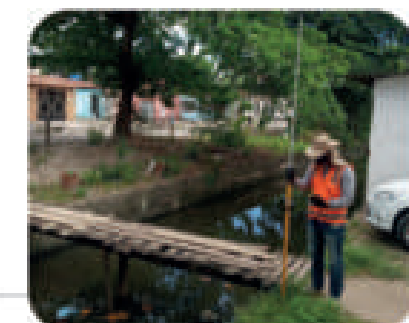


Compromisso com o futuro



Em dezembro de 2020, Braskem e autoridades públicas assinaram mais um Termo de Acordo, com foco no futuro das áreas desocupadas. Com três frentes – sociourbanística, ambiental, e de monitoramento e estabilização – o documento inclui a participação da sociedade no planejamento das ações integradas de reparação, mitigação e compensação, em diagnósticos e escutas públicas iniciados em meados deste ano. As ações integradas vão tratar de temas como a mobilidade urbana, alterada com a desocupação, e o registro do patrimônio histórico dos bairros afetados,

onde há prédios de valor arquitetônico e cultural. Também já foram estudados os efeitos do fenômeno geológico na Lagoa Mundaú, na fauna e flora daquele trecho da cidade, para estabelecer as medidas necessárias à sua recomposição. As áreas de convivência da comunidade estão consideradas nos estudos, assim como a estabilização do terreno da região, começando pela encosta do Mutange, que será transformada em uma área com cobertura vegetal permanente.



Compromisso com Alagoas

A Braskem gera mais de 500 empregos diretos e 2 mil indiretos com duas operações (em Maceió e Marechal Deodoro), liderando a cadeia da indústria plástico-química na região e respondendo por uma participação de 3% na produção de riquezas no Estado. Suas fábricas compõem um elo essencial nas cadeias do plástico e da química em Alagoas, envolvendo dezenas de empresas parceiras, atraindo empreendimentos e impulsionando a diversificação

econômica. Atualmente, movimentamos cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano na economia do Estado, com essa cadeia produtiva correspondendo a cerca de 15% do PIB alagoano. Dedicada a buscar soluções dentro dos princípios que sempre nortearam as ações da empresa, a Braskem reitera seu compromisso em manter o diálogo com a sociedade, ouvindo as sugestões e recomendações dos órgãos competentes, entidades e organizações.

Braskem
explica

Accesse o site:
braskem.com.br/alagoas

Quer saber mais? Acompanhe na TV, rádio, jornal, internet e no seu WhatsApp as ações que estão sendo feitas nos bairros de Maceió.

Entre no nosso
WhatsApp:
82 99973-7161



0800 006 3029 ou 0800 954 1234

De segunda a sexta, das 8h às 18h (exceto feriados). Ligações gratuitas, inclusive de celulares.

Braskem

* Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado de Alagoas, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Prefeitura de Maceió. ** Ministério Público Federal, com participação do Ministério Público Estadual de Alagoas.

1 – A diferença entre propostas apresentadas e acordos homologados deve-se ao prazo para análise das propostas e dos valores oferecidos, ou eventual pedido de moratória. 2 – Dados até 30 de novembro de 2021.

CPI DA COVID

"Cadeia para esses irresponsáveis", declarou o senador alagoano

Renan Calheiros pede cadeia para o "bajulador" Queiroga

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) usou o Twitter nesta quinta-feira (6) para pedir a prisão do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e outros "irresponsáveis" envolvidos no recrudescimento da pandemia no país e no "apagão" de dados do Ministério da Saúde. "Os casos de Covid estão aumentando, surgem variantes, o Ministério da Saúde tem apagões de dados e é tocado por um bajulador negacionista enquanto hospitais voltaram a

encher. Cadeia para esses irresponsáveis", escreveu.

Os senadores da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid no Senado protocolaram pedido para convocar o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Eles querem que o médico dê explicações sobre o combate à pandemia depois de apagão de dados sobre covid no país. Além disso, cobraram informações sobre a vacinação para crianças.

O requerimento de convocação do ministro ainda precisa ser analisado pelo plenário do Senado, mas isso só deve ocorrer em fevereiro, porque a Casa está de recesso até lá. Ou seja, não tem efeito prático imediato. Assinam o documento ex-integrantes da CPI e outros senadores como Eliziane Gama (Cidadania-MA), por exemplo.

Ela não era integrante oficialmente, mas teve participação ativa nas reuniões do colegiado. Eis quem assina o documento: Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Zenaide Maia (Pros-RN), Paulo Rocha (PT-PA), Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Fabiano Contarato (PT-ES), Simone Tebet (MDB-MS), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Rogério Carvalho (PT-SE), Jorge Kajuru (Podemos-GO), Humberto Costa (PT-PE) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Além do apagão de dados de

infectados por covid-19, os senadores também querem saber informações sobre a vacinação de crianças. Da mesma forma, querem detalhes das vacinas compradas pelo Brasil para 2022 e o que tem sido feito para conter a nova variante ômicron. A Saúde anunciou nesta 4ª feira (5.jan) a inclusão de crianças de 5 a 11 anos no programa nacional de vacinação contra a covid-19.

Igualmente, disse que não

será preciso a apresentação de receita médica para que as crianças sejam vacinadas, mas a autorização dos pais será obrigatória. O presidente Jair Bolsonaro (PL) defendia que a vacinação dessa faixa etária fosse feita só com autorização dos pais e com prescrição médica. Assim, a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 chegou a recomendar só vacinar o grupo assim. Mas a pasta voltou atrás sobre a ideia.



PROPAGANDA ANTECIPADA

A representação foi baseada em reportagem do jornalista Rubens Valente publicada no UOL

PT pede que Procuradoria Eleitoral investigue Bolsonaro

O PT apresentou nesta quinta-feira, 6, representação ao Ministério Público Eleitoral (MPE) contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) por campanha eleitoral antecipada e abuso de poder econômico. O partido pede a instauração de investigação para averiguar se ruralistas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão envolvidos no aluguel de outdoors para promover a candidatura de Bolsonaro à reeleição.

A representação do PT foi baseada em reportagem do jornalista Rubens Valente publicada no UOL, na qual são apresentados diversos registros de outdoors espalhados em propriedades rurais da região Centro-Oeste do País. As

peças de publicidade apresentam fotos de Bolsonaro, apoio declarado à sua candidatura neste ano e mensagens que exaltam as bandeiras do seu governo.

O partido também cita uma manifestação promovida pelo Sindicato Rural de Cuiabá contra a campanha "segunda sem carne" promovida pelo banco Bradesco. Segundo o PT, o protesto teria sido utilizado para fazer campanha a favor da candidatura de Bolsonaro, como indicam vídeos que circulam na internet. Em um dos registros apresentados pela sigla ao MPE, um manifestante afirma que "para reeleger o presidente do Brasil, cada fazendeiro vai doar um boi", e, em caso de derrota, os brasileiros vão

ficar "igual lá na Venezuela" - em alusão ao cenário de crise econômica e humanitária do País vizinho.

Na representação, o PT afirma que os outdoors e o evento a favor da candidatura de Bolsonaro conflitam com a liberdade de expressão, pois "desequilibram a disputa eleitoral ao colocar em destaque um dos mais notórios pré-candidatos à disputa da Presidência da República em evidência, sem haver a mesma oportunidade aos outros candidatos".

"A responsabilidade de Jair Bolsonaro, desta maneira, advém do fato de que candidato a cargos políticos não pode abusar dos poderes econômicos e/ou políticos que detenha, nem mesmo permitir que

terceiros o façam em seu nome", diz o PT. "Não há dúvidas a respeito do benefício auferido pelo Sr. Jair Bolsonaro pela propaganda eleitoral promovida por pessoas físicas e jurídicas".

O partido prossegue com a acusação de que não somente teria ocorrido propaganda eleitoral antecipada a favor do atual presidente, como teria sido financiada pelo setor privado, o que é proibido pela Justiça Eleitoral, inclusive durante o período regular de campanha.

"Há evidente movimento de campanha eleitoral antecipada promovida pelo setor rural dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que deve ser investigada e condenada pela Justiça Eleitoral bra-

sileira, a fim de proteger e garantir a justa e democrática corrida eleitoral que se aproxima", destaca o PT em outro trecho.

Renato Ribeiro, doutor em direito do Estado pela Universidade de São Paulo e membro da comissão de direito eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), afirma que as denúncias de abuso de poder econômico apresentadas pelo PT, caso sejam reconhecidas pelo MPE e julgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), podem ter como efeito a cassação do mandato de Bolsonaro e sua inelegibilidade por 8 anos. A eventual condenação pode destituí-lo do cargo tanto no atual mandato como em caso de reeleição.



EM ALAGOAS, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL SE TRANSFORMAM EM ORGULHO.

QUEM DIRIA QUE ALAGOAS TERIA TANTO
A COMEMORAR NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS?
O RESULTADO DA DETERMINAÇÃO,
DA CORAGEM E DO TRABALHO DO GOVERNO
DE ALAGOAS VEM SE TRANSFORMANDO
EM REALIZAÇÕES POR TODO O ESTADO.
BASTA OLHAR PARA O LITORAL, PARA A
CAPITAL, INTERIOR OU TODO SERTÃO
QUE A GENTE VÊ MOTIVOS PARA ENCHER
O PEITO DE ORGULHO. SÃO QUASE
100 MIL NOVOS EMPREGOS E UM
MONTÃO DE OPORTUNIDADES PARA
NOSSA GENTE.

QUEM TE VIU,
QUEM TE VÊ.



UM DOS MELHORES
RESULTADOS NA
EDUCAÇÃO DO PAÍS.



O ESTADO QUE MAIS
REDUZIU A VIOLÊNCIA
NO BRASIL.



SEMENTES PARA
400 MIL FAMÍLIAS.



7 MIL CISTERNAS
E 2 MIL KITS
DE IRRIGAÇÃO.



5 GRANDES
HOSPITAIS E MAIS
5 ATÉ 2022.



CRIA, O MAIOR
PROGRAMA ESTADUAL
DE TODO O BRASIL.

Conselheiro faz insinuações sobre suposta homossexualidade de colega

Anselmo Brito protagoniza baixaria com toques de homofobia no Tribunal de Contas

Baixaria no Tribunal de Contas (TC). Em sessão do dia 14 de dezembro, que foi postada no Youtube no dia 6 de janeiro, no canal TV Cidadã-Alagoas, é possível ver mais uma vez o descontrole do conselheiro Anselmo Brito, que já tem um passado conturbado devido a diversas atitudes polêmicas, contra o também conselheiro Rodrigo Cavalcante. Durante a sessão, Cavalcante fez uma cobrança sobre alguns processos de aposentadoria, que estariam sob responsabilidade de Brito. Foi o que bastou para o conselheiro "esquentadinho" colocar no seu currículo atitudes

homofóbicas, levantando insinuações ao colega.

Anselmo Brito começou a dizer que era casado e que gostava de mulher e que a perseguição de Rodrigo Cavalcante estava ficando estranha. A sugestão era que o conselheiro estaria "apaixonado" por Anselmo Brito. Como defesa, Rodrigo Cavalcante, que se manteve sereno todo o momento, disse que Brito era conhecido como fofoqueiro pelo Tribunal de Contas devido suas picuinhas como tudo e todos. A sessão demorou para ser postada na internet por decisão do presidente do TC Otávio Lessa,

com o argumento de deixar os "ânimos acalmarem".

"Estou aqui há quatro anos e meio e escuto todos os tipos de insinuações e provocações vindas de vossa excelência", declarou Cavalcante a Brito. Como resposta, Brito reafirmou que as cobranças do colega pegavam mal porque "tem filhos e companheira". "Não tenho nada contra as preferências de cada um", alfinetou. Apesar do intervalo da postagem do vídeo, a calma não imperou. Cavalcante disse que vai à justiça contra o colega, além de buscar punições dentro dos órgãos de correção do próprio TC.



Retrospectiva de alguns fatos polêmicos sobre Brito

Fevereiro de 2020

O conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas, Anselmo Brito, está envolvido em mais uma polêmica. Agora, ele pode responder por improbidade administrativa, a famosa corrupção. A informação é da presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas (Sindicontas-AL), Ana Maria Gusmão. Trata-se do caso conhecido como 'farra das diárias'. Brito, conforme publicado no jornal A Notícia, levou à tiracolo a secretária simplesmente para preencher relatórios em evento realizado no Recife (PE). "Isso porque eu não gosto de preencher relatórios". Essa seria a explicação do conselheiro. Claro que tudo sendo pago com dinheiro público. Porém, há um agravante. Ana Maria disse à reportagem que o conselheiro sequer fez credenciamento no evento em que teria que participar. "Ele tem que comprovar o uso do dinheiro. Como a gente prova? Com credenciamento, certificados, recibos. Isso caracteriza improbidade", explicou a sindicalista. O conselheiro da Corte de Contas teria gastado R\$ 1.297,30 (diária e deslocamento). O valor parece ínfimo, no entanto, quando somado com seus colegas de plenário, a visitinha a Recife custou R\$ 24 mil.

Dezembro de 2019

O conselheiro do Tribunal de Contas Anselmo Brito, uma pessoa não grata e com sede de causar o caos na Corte, colaborou com que o Instituto Universitário Atlântico Ltda, de São Paulo, levasse calote. Tudo isso por marra e birra contra o ex-presidente do TC, Cícero Amélio. Segundo ação de cobrança que já tramita na Justiça alagoana, a instituição teria sofrido dano de R\$ 138.253,35. O valor é apenas parte do pagamento de um serviço que tinha como objetivo viabilizar a participação dos servidores do quadro do Tribunal de Contas no curso de Pós-Graduação, na modalidade "Mestrado em Gestão – Administração Pública". O curso "in company" foi ministrado para profissionais dentro da Corte facilitando a compreensão e o treinamento desses profissionais. Ocorre que, após assinar o contrato com a empresa e usufruir de 16 meses de aula, a Corte de Contas, sem alegar qualquer motivo plausível, deixou de pagar as mensalidades estando até a presente data em inadimplência, devendo as parcelas relativas aos meses de janeiro, fevereiro, março, e abril e maio de 2015 além do valor já citado. Em 1º de janeiro de 2015, assumiu como conselheiro presidente, Otávio Lessa, que substituiu o então conselheiro Cícero Amélio a quem coube subscrever o contrato.

Agosto de 2019

Ao chegar a mais um dia de trabalho, a diretora de Movimentação de Pessoal (Dimop), do Tribunal de Contas de Alagoas (TC-AL), foi surpreendida pela abordagem grosseira e truculenta do conselheiro Anselmo Brito. Acompanhado por seguranças, Brito segurou no braço da servidora fazendo acusações em voz alta. Ainda fez questão de filmar a cena constrangendo ainda mais a trabalhadora. O motivo seria porque ela, que cuida da aposentadoria e pensões do funcionalismo alagoano, levou trabalho para casa. A agressividade foi testemunhada por diversas pessoas que trabalham na Corte. Mas, esse não foi um fato isolado. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas de Alagoas (Sindicontas), Ana Maria Gusmão, em denúncia, afirma que o desprezo de Anselmo Brito pelos servidores é recorrente. O sindicato contabiliza pelo menos outras 20 agressões verbais do conselheiro. Em uma delas, Brito chegou a chamar os sindicalistas de burros. Entende-se por assédio moral a exposição dos trabalhadores a circunstâncias humilhantes, degradantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. O último escândalo protagonizado pelo conselheiro pode ter sido a gota d'água para o sindicato, que pode protocolar denúncia à corregedoria da casa. "Isso tem que parar, o trabalhador deve ser tratado com respeito sempre", destacou Ana Maria.

Julho de 2019

Está em grau de recurso a ação popular contra o conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas (TCE), Anselmo Brito, que também atua como diretor geral da Escola de Contas Públicas. Tramitando a passos lentos desde 2010, o processo está nas mãos do magistrado Rodolfo Osório Gatto Herrmann, da 16ª Vara Cível da Capital / Fazenda Estadual. A última movimentação, conforme consulta no site do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), foi no dia 12 de junho, quando remetido recurso eletrônico ao Tribunal de Justiça/Turma de recurso. A ação foi contra o concurso público para provimento de cargos de auditor do TCE, uma vez que o edital do certame previa idade mínima, o que não é respaldada pela lei. Apontada a ilegalidade, o processo tinha como objetivo anular o processo seletivo. A fim de ganhar dinheiro, a Corte de Contas aceitou a inscrição de candidatos que não preenchiam o requisito de idade, a de inferior de 35 anos. Uma candidata aprovada conseguiu tomar posse no cargo por força de decisão do Pleno do Tribunal de Justiça já transitada em julgado. "O autor sustentou a ilegalidade do edital do concurso, por fixar requisito de idade mínima que não encontrava respaldo em lei em sentido formal, restringido o acesso dos candidatos. Requereu a concessão de liminar para determinar a sustação do exercício das atividades funcionais dos auditores, suspendendo a fluência do prazo do estágio probatório. No mérito, requereu a declaração de nulidade do concurso público realizado para provimento dos cargos de auditores, bem como a nulidade da homologação deste certame e de todos os atos subsequentes", consta na ação popular.